

As fronteiras africanas (II)

A quando da 1.ª Guerra Mundial, África era administrada por potências imperialistas: a Grã-Bretanha, suserana de um império mundial, tutelava, parcial ou totalmente, vinte e um territórios; a França tinha oito na denominada África Ocidental Francesa e quatro na África Equatorial Francesa; a Bélgica dominava o imenso território congolês; Portugal ocupava a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; a Alemanha subjugava o Togo, os Camarões e ocupava a África Oriental Alemã e o Sudoeste Africano; a Espanha tinha sob seu controlo o Sara Ocidental, alguns enclaves a norte e a Guiné Equatorial; a Itália dominava a Líbia, a Somália e a Eritreia. Como Estados independentes em África existiam a Etiópia, a Libéria, desde 1847, mas muito dependente economicamente dos EUA, e a União Sul Africana, mediante a união das províncias do Cabo e do Natal com o Transval, em 1909 (contemplando os 10 Bantostões que o regime de *apartheid* imporia às populações negras) e que ficou “encerrada” na *Commonwealth*. Os “direitos de posse” vigoraram até 1919, altura em que a Alemanha, potência derrotada, foi expropriada das suas colónias pela Sociedade das Nações, que coloca os Camarões e o Togo sob administração conjunta da França e da Grã-Bretanha, o Zanzibar (Tanzânia) e a Niassalândia (Malawi) ficam sob tutela britânica e a Bélgica recebe o Ruanda-Urundi. De modo semelhante, o Império Otomano é obrigado a retirar do Norte de África. Entretanto, a União Sul Africana ocupa de *motu proprio* o Sudoeste Africano e o Egipto separa-se, em 1922, da Grã-Bretanha, que permanece na região, controlando o canal do Suez. Posteriormente, a Itália ocupa a Etiópia (1935-1943).

Da *limes uti possidetis juris*

No período entre guerras assiste-se à realização de vários Congressos pan-africanos, organizados por elites africanas em capitais europeias e nos Estados Unidos, que põem em causa a administração colonial em África e defendem a “África para os africanos negros”. Dado o mote, o processo das

independências em África tem o catalisador específico no fim da 2.ª Guerra Mundial: quebra da supremacia estratégica global de uma Europa devastada; a Carta das Nações Unidas; a descolonização asiática e o “patrocínio” da Conferência de Bandung (1955); o confronto bipolar no âmbito da guerra-fria, pelo qual a URSS e os EUA se substituem às potências europeias na ingerência em África. Assim, na década de 1950, Líbia, Marrocos, Tunísia, Sudão, Gana e Guiné-Conacri ganharam o estatuto de Estados soberanos. 1960 é a data-chave da emancipação africana, ano em que dezoito Estados se tornam independentes, num processo que continua nas duas décadas seguintes. O processo culmina com a independência da Rodésia do Sul (Zimbábue), em 1980. Depois, o Sudoeste Africano (Namíbia) separou-se da África do Sul, em 1990, e a Eritreia cindiu-se da Etiópia, em 1993.

Em 1963, na reunião em Adis Abeba que juntou trinta Nações africanas, proclamou-se “a África para os africanos” (substituindo a fórmula pan-africanista). Nascia a Organização da Unidade Africana (OUA) e, com ela, o idealismo de um continente unificado, mediante um comprometimento de respeito pela “integridade territorial de cada Estado

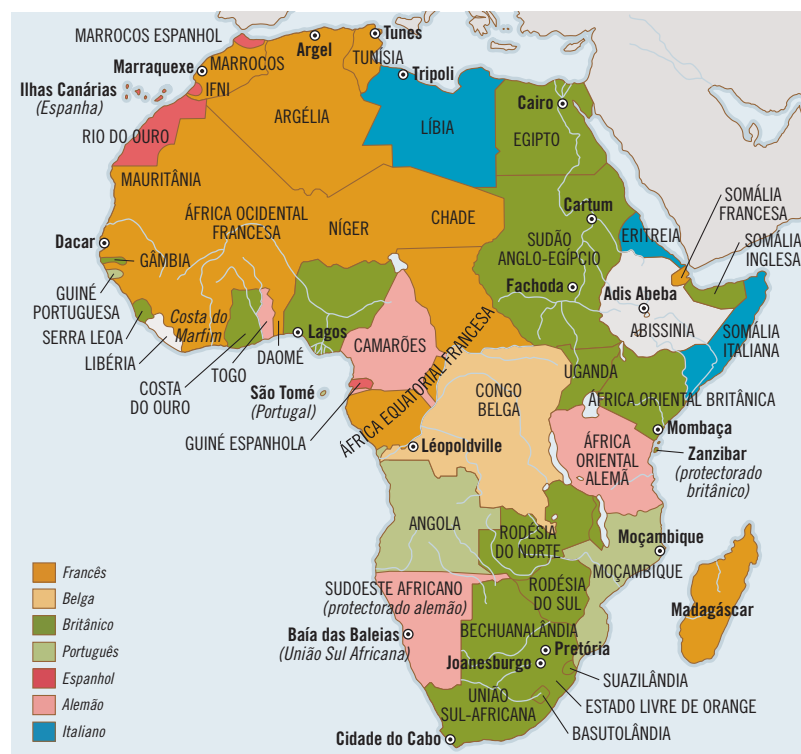
e os seus direitos inalienáveis a uma existência independente”. Desta forma, evocava-se a diplomacia do equilíbrio cara à Europa dos Estados-nação do século XIX, mantendo as fronteiras coloniais, segundo a doutrina *uti possidetis juris*. Referiu Julius Nyerere, líder da Tanzânia e mentor da OUA, que “as fronteiras que separam os Estados africanos são tão absurdas que, não fosse o nosso sentido de unidade, seriam causas de atritos”. Evitar o risco de desencadear uma série de conflitos era a preocupação dominante. Contudo, o processo de assunção das fronteiras não foi unânime: os nacionalistas contestaram a delimitação herdada, entendendo-a como contrária aos interesses das populações etnicamente divididas; alguns dirigentes, interessados em preservar as “áfricas francesas” e unir as possessões inglesas da África Oriental num só Estado, temiam a “balcanização” dessas regiões em pequenos Estados; os pan-africanistas defendiam a unidade política do continente mediante uma mera função administrativa das fronteiras.

Após a independência, o princípio de intangibilidade das fronteiras não foi totalmente respeitado. Se a união do Tanganica e do Zanzibar (Tanzânia) representa uma

integração coordenada, outros movimentos representaram uma clara violação à intangibilidade das fronteiras proclamada pela OUA: a Etiópia absorveu a Eritreia; Marrocos reivindicou o Sara Ocidental (que permanece); a Somália exigiu parcelas da Etiópia e do Quênia; com a independência da Nigéria (1960) e a guerra de secessão do Biafra (1967), a Costa do Marfim, o Gabão, a Tanzânia e a Zâmbia ingerem territorialmente na situação. Os Estados Unidos de África sonhados por Nyerere desvanecem-se. No entanto, a falência da unidade africana teve menos a ver com os conflitos interestatais, que foram diminutos, do que com os conflitos internos, onde a luta pelo poder foi frequente. Dos países representados na sessão inaugural da OUA, só quatro não sofreram mudança violenta de governo ou estiveram a braços com uma guerra no interior do seu território até à actualidade (Tunísia, Camarões, Costa do Marfim, Tanzânia). Vários factores explicam a incapacidade política da OUA na resolução dos problemas internos de África: diferenças entre a África francófona e anglófila; a coabitação do pan-africanismo com o pan-arabismo e a Liga Árabe; a falta de uma potência directora; Estados mais preocupados com os seus problemas internos que com a estabilidade do espaço continental.

Quando a OUA adoptou as fronteiras para os Estados africanos independentes, ignorando a perigosa premissa de a um povo étnico corresponder um Estado, assumiu uma postura política racional e a inserção *de jure* dos países africanos no sistema político internacional. Em termos de legislação internacional, os acordos coloniais permanecem, por isso, vinculativos. Assentes em barreiras naturais ou pontos de demarcação mediante um conceito de linha, elas não obrigam, utilizando terminologia de Ratzel, um movimento orgânico a parar, algo impensável na África multiétnica transfronteiriça. Na verdade, favorecem a comunicação e a interligação entre os povos. África é o continente com o maior número de conflitos armados do mundo, mas a grande incidência é no interior dos Estados. Efectivamente, como informa Elikia M'Bokolo, “raras foram as situações em que

ÁFRICA EM 1914



Fonte: ROBERTS, John (1999) – História Ilustrada do Mundo, Vol. VIII, Círculo Leitores.

